

Veículo: IAF	Online
Data: 29/04/2018	Coluna: Notícias



29/04/2019

Arrecadação Crescente e Acordo Minguante?



A arrecadação de ICMS do Estado da Bahia no 1º trimestre de 2019 cresceu **9,58% em valores nominais**, comparado com o mesmo período de 2018.

Nos meses de janeiro a março deste ano foram arrecadados 5,81 bilhões de reais, enquanto que no mesmo período de 2018 foram 5,31 bilhões de reais.

Em termos reais, descontada a inflação medida pelo IPCA, a arrecadação do 1º trimestre de 2019 supera a do mesmo período de 2018 em 5,29%.

Principais Subsegmentos – Comparativo 1º Trimestre 2019/2018

O Subsegmento “**Indústria de Bebidas – Cerveja**” foi o que apresentou o melhor desempenho com 31,36% de crescimento (+ R\$ 96,5 milhões).

Em seguida aparece o Subsegmento “Serviços de Utilidade Pública – **Energia Elétrica**” que teve incremento de 18,46% (+ R\$ 99,3 milhões).

Os Subsegmentos “**Petróleo – Extração e Refino**” com crescimento de 10,48% (+ R\$ 119,7 milhões) e “**Varejista – ST**” com 11,76% (+ R\$ 62,7 milhões) muito contribuíram para o resultado positivo no 1º trimestre de 2019.

Na contramão do crescimento contínuo da arrecadação de ICMS do Estado da Bahia está o Subsegmento “**Serviços de Utilidade Pública – Comunicações**” que apresentou queda na receita de 12,29% (- R\$ 38,4 milhões), fruto principalmente da crescente utilização de novas ferramentas de comunicação, a exemplo do WhatsApp e Skype.

Arrecadação de Abril de 2019 – Estimativa

A arrecadação de ICMS do mês de abril ainda não está fechada, mas a estimativa é de uma receita de **R\$ 1,96 bilhão**, sinalizando o excelente desempenho do principal imposto estadual.

Trabalho dos Auditores Fiscais

Este cenário positivo da arrecadação de ICMS e demais impostos estaduais não é fruto do acaso, **mas sim do competente trabalho dos Auditores Fiscais da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia**, que se traduz no incremento da arrecadação tributária, na recuperação de créditos fiscais, no controle da qualidade do gasto público e no incessante combate à sonegação fiscal.

Acordo sobre as diferenças do Teto – Promessa é dívida

O comportamento das receitas estaduais e o iminente ingresso de R\$ 220 milhões (anistia – refino de petróleo), coadunam com a concretização do pagamento das diferenças do teto constitucional **até o final do próximo mês de maio**.

” Não existe política sem compromisso. Não existe compromisso sem confiança. E não existe confiança sem um histórico de promessas empenhadas e cumpridas” (Helio Gurovitz).

Veículo: IAF	Online
Data: 30/04/2018	Coluna: Notícias



30/04/2019

Café com Leis – Reforma da Previdência



Aconteceu na última sexta-feira (26/04) mais um **Café com Leis**. Nesta edição foram abordados aspectos técnicos, jurídicos e políticos da proposta de emenda à Constituição PEC 06/2019 que trata da Reforma da Previdência.

O Vice-Presidente **Helcônio Almeida** fez a abertura do evento com um breve histórico sobre as edições passadas do Café com Leis. Ressaltou a presença marcante de várias entidades representativas de carreiras do funcionalismo estadual e mencionou a importância da retomada da série, como instrumento de debate de temas relevantes para a sociedade.

Na sequência, o Auditor Fiscal **Ricardo Gonzalez**, Vice-Diretor de Assuntos Econômicos e Financeiros traçou um panorama geral sobre a previdência no Brasil, e logo após, apresentou um breve histórico da previdência dos servidores públicos do Estado da Bahia, abordando temas como o FUNPREV, BAPREV e Previdência Complementar.

Coube ao Diretor de Assuntos Econômicos e Financeiros Auditor **Tolstoi Nolasco**, a tarefa de comparar as regras atuais que regem a previdência dos servidores públicos, em relação

às novas diretrizes postas no texto da PEC 06/2019. A pormenorizada análise abrangeu tanto os servidores que ingressaram antes do ano de 2003, quanto os que entraram a partir desta data. As bruscas alterações nas regras da pensão previdenciária também foram apresentadas.

No tocante à análise jurídica, o Professor **Paulo Modesto** fez uma detalhada análise dos aspectos polêmicos da proposta, com ênfase nas regras de transição, que só garantem integralidade e paridade para os servidores que atingirem a idade mínima de 65 anos para os homens e 62 anos para as mulheres.

Sob a ótica política, o Deputado Federal **Arthur Maia**, relator da proposta de reforma da previdência no Governo Federal anterior e membro da Comissão Especial que analisa a PEC 06/2019, ressaltou a imperiosa necessidade da reforma em função da inviabilidade financeira do modelo atual, porém admitiu que há espaço para alterações no âmbito da comissão especial. Na visão do Parlamentar, alguns aspectos são fundamentais em uma reforma previdenciária: idade mínima, regras de transição justas, regras especiais para militares e aposentadoria rural.

A Diretoria do IAF entende que eventos como o Café com Leis reforçam a imagem institucional da entidade e valorizam a carreira de Auditor Fiscal.

Os participantes puderam ainda degustar um saboroso Café Expresso oferecido de brinde pela **Seven Wonders Café e Bistrô**, parceira na realização do evento.

Diretoria do IAF – Trabalho e Transparência!

As fotos do evento estão na GALERIA

Educação Bloqueio de R\$ 37 mi na verba de custeio afetará operação da Ufba

Thais Borges

REPORTAGEM

thais.borges@redebahia.com.br

Os últimos quatro anos não foram fáceis para a Universidade Federal da Bahia (Ufba). Desde 2015, em um cenário nacional de redução de gastos, a instituição que outrora desfrutou de importantes programas de expansão se viu com dificuldades para fechar as contas. Mesmo assim, um novo corte de 30% no orçamento da universidade, divulgado ontem, chocou a comunidade acadêmica.

Desta vez, a justificativa não é de limitação de recursos. Em entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo, o ministro Abraham Weintraub afirmou que o Ministério da Educação (MEC) cortaria especificamente recursos de universidades que estivessem promovendo "balbúrdia" em seus campi, ao mesmo tempo em que não tivessem desempenho acadêmico esperado.

Segundo o ministro, três universidades já estavam enquadradas: Ufba, Universidade de Brasília (UnB) e Universidade Federal Fluminense (UFF). A Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), em Minas, estaria sendo avaliada e corre o mesmo risco.

À noite, após repercussão, o secretário de Educação Superior do MEC, Arnaldo Barbosa de Lima Junior, informou que o bloqueio é "preventivo" e vai valer para todas as universidades e institutos federais, podendo ser revisto, se a reforma da Previdência for aprovada.

Quanto à Ufba, UnB e UFF, o MEC confirmou que já tiveram 30% de suas dotações orçamentárias anuais bloqueadas desde a semana passada. A pasta disse que "não envia comunicados a respeito do orçamento a nenhuma instituição" e que "estuda os bloqueios de forma que nenhum programa seja prejudicado e que os recursos sejam utilizados da forma mais eficaz".

FUNCIONAMENTO

De acordo com o reitor da Ufba, João Carlos Salles, o bloqueio equivale a R\$ 37,342 milhões da rubrica de funcionamento e custeio - todas as despesas de manutenção da universidade - contas de água, luz, telefone, limpeza, vigilância e assistência estudantil.

Por enquanto, a redução nos recursos se configura como bloqueio. Existiria um corte se o valor fosse retirado da Lei Orçamentária Anual, que cabe ao Congresso. Mas, se o bloqueio não for revertido, será equivalente a corte.

A UFBA

105
cursos de graduação, com 37.985 alunos

136
cursos de pós-graduação, sendo 82 mestrados e 54 doutorados, com 7.045 alunos

5.396
trabalhos publicados por docentes e técnicos em 2017 (19% a mais que em 2016), sendo 1.182 na Web of Science

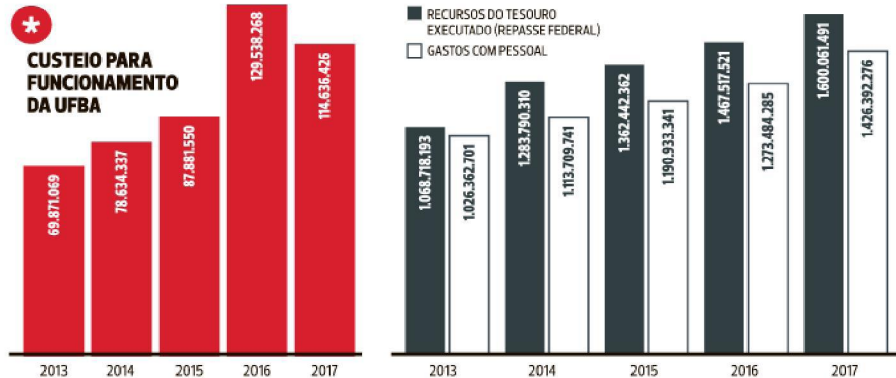
21
bibliotecas, com 260.199 títulos e 84.920 usuários ativos

105
livros publicados pela Edufba só em 2017

422
mil consultas médicas gratuitas só no Hupes, além de 580 mil exames de laboratório

2.827
professores, entre permanentes, substitutos e visitantes, em 31 prédios

'Se não tiver luz, não tem pesquisa'



"Isso afeta a nossa projeção de contratos, nossa capacidade de fazer frente às despesas do ano. Representa bem mais do que dois meses do nosso custeio", afirmou.

Se a situação se confirmar, a Ufba só terá dinheiro para custeio até outubro. A Reitoria deve pedir uma justificativa para o bloqueio: "O que não pode é ter um corte imotivado. E a motivação não pode ter um vício de origem. A gente precisa saber qual é a razão para tomar as medidas", disse Salles, que se reuniu com o Conselho Universitário. Estudantes protestaram.

A redução dos repasses não afeta diretamente a pesquisa e o ensino na universidade. Mas, para o reitor, não há como isso não acontecer, indi-

retamente: "Muitas pesquisas têm recursos próprios. Se não tiver luz, limpeza, segurança, não tem pesquisa".

De 2016 para 2017, já houve uma redução de 13% na verba de custeio da Ufba, o que significou R\$ 14,9 milhões a menos no orçamento. Agora, o bloqueio é mais que o dobro.

EVENTOS E FESTAS

O MEC também não respondeu aos questionamentos do CORREIO quanto à motivação do bloqueio. No entanto, ao jornal O Estado de S. Paulo, o ministro Abraham Weintraub disse que a Ufba, UnB e UFF têm permitido, em suas instalações, eventos políticos, manifestações partidárias e festas inadequadas.

"A universidade deve estar

com sobra de dinheiro para fazer bagunça e evento ridículo", disse Weintraub de exemplos de "bagunça": "Sem-terra dentro do campus", citou. A Procuradoria-Geral da República vai analisar se o ministro cometeu improbidade administrativa. Weintraub afirmou que a produção científica das instituições está distante do que deveria.

Para o reitor, nenhuma das duas razões caberia à instituição. Quanto aos eventos, explicou: "A universidade é um espaço aberto, público, para produção de conhecimento e também realização de eventos". Em 2017, foram 106 eventos e 66 cursos e minicursos.

Existem regras para impedir situações de insegurança

●● Não podemos pensar uma universidade desprovida de vida cultural e de debates. De forma alguma podemos aceitar que ocorra balbúrdia na Ufba
João Carlos Salles

Reitor da Ufba, em entrevista, ontem, ao CORREIO



Iluminação, limpeza e segurança estão entre as áreas afetadas pelo bloqueio

●● Lamentavelmente, as instituições têm trabalhado nos últimos anos no limite, após sucessivos cortes orçamentários
Assufba

Em nota oficial

●● A Ufba, por onde passaram prefeitos, governadores e parlamentares do nosso estado é um orgulho
Weslen Moreira

Presidente da Associação de Ex-alunos da Ufba

●● A quantidade de estudantes que entra vai aumentando progressivamente, mas o orçamento, não
José Neto

Coordenador do DCE

●● Tal declaração (do ministro) revela o caráter arbitrário e punitivo da decisão, em mais um ataque frontal à autonomia universitária e à liberdade de cátedra
OAB-BA

Em nota

Produção científica da Ufba cresceu 102% em dez anos

Um dos argumentos do ministro da Educação, Abraham Weintraub, para o bloqueio na verba foi um alegado baixo desempenho das universidades. A afirmação é questionada. Um dos principais rankings internacionais, o Times Higher Education, colocou a Ufba como uma das dez melhores do Brasil – 15 universidades brasileiras ficaram entre as mil melhores do mundo. Entre as melhores da América Latina, a Ufba passou da 71ª para a 30ª posição, de 2017 para 2018.

A Ufba passou de 15º lugar para 14º, entre 2017 e 2018, no Ranking Universitário Folha (RUF), o principal do Brasil. “Todos os nossos cursos de graduação foram muito bem avaliados e tiveram crescimento. Hoje, mais de 70% dos nossos cursos têm notas superiores a 4 ou 5. E houve um deslocamento significativo da nossa pós-graduação, que passou a ser, majoritariamente, de cursos 4 e 5. A Ufba melhorou a qualidade da graduação e da pós”, pontuou o reitor, João Carlos Salles.

Um levantamento feito pelo CORREIO mostrou que, dos 64 programas de mes-

trado da Ufba, apenas 13 têm notas 3 pela Capes. O restante – 80% do total – tem notas entre 4 e 7, sendo 4 “bom” e 7 aqueles com alto padrão internacional. Entre os 54 programas de doutorado, somente dois têm notas 3. Os outros 96,3% têm notas maiores do que 4.

A situação da Ufba, de acordo com especialistas em educação, é “muito satisfatória”. Quem diz isso é a coordenadora do RUF desde a primeira edição, a pesquisadora docente da Universidade de Campinas (Unicamp), Sabine Rigueti. Ela explica

que, segundo a literatura da área, as avaliações de rankings devem ser por faixas. As 25 seriam as grandes universidades do país.

“A Ufba sempre esteve entre as 25 primeiras. Estar em 14º (no RUF), sendo que ela está em um grupo onde estão todas as universidades públicas do estado de São Paulo, que respondem por metade da produção científica do país, é muita coisa. Ela está entre as universidades de excelência e ‘competindo’ com as melhores do país”, explicou.

De acordo com a pesquisadora, entre 2008 e 2017, a Ufba aumentou sua produção científica em 102%, na base de periódicos Web of Science, quando a média nacional foi de 65%.

Na prática, a Ufba está aumentando sua produção em um ritmo mais acelerado que as demais. “Isso acontece mesmo considerando as dificuldades intrínsecas da Ufba, que é uma universidade no Nordeste que fez um processo de inclusão, que é custoso. Mesmo com esse processo, a universidade conseguiu produzir mais ciência que a média nacional”, analisou Sabine.

●● Mesmo com esse processo, a universidade conseguiu produzir mais ciência que a média nacional
Sabine Rigueti

Pesquisadora docente da Unicamp e coordenadora do Ranking Universitário Folha



Reitor se reuniu com o Conselho Universitário



Estudantes da Ufba fizeram protesto ontem do campus de São Lázaro, Federação, até a Reitoria, no Canela

– nem criar constrangimentos ou ferir a legislação. “Não podemos pensar uma universidade desprovida de vida cultural e de debates. De forma alguma podemos aceitar que ocorra balbúrdia na Ufba”, reforçou o reitor.

A Ufba tem eventos com a participação do Movimento Sem Terra. É o caso da Feira Agroecológica da Reforma Agrária, com produtos da agricultura familiar em Ondina – projeto de extensão do Núcleo de Estudos e Práticas em Políticas Agrárias.

Em 2015, manifestações de estudantes da Ufba que usavam a liberdade corporal viralizaram. Na performance “Gordura Trans”, um homem nu tomou banho de dendê em Ondina. Lá, alunos assistiram

– nem criar constrangimentos ou ferir a legislação.

A universidade já sediou eventos como o Fórum Social Mundial, com 60 mil participantes de 120 países. Segundo o reitor, a Ufba não financia eventos que não sejam voltados para os interesses da instituição e nem patrocina eventos político-partidários.

Para o professor Joviniano Neto, diretor da Apub Sindicalato, as declarações do ministro vão contra a autonomia universitária: “Ele precisa dizer quais são os eventos inadequados e ridículos. É uma visão elitista e preconceituosa”, criticou.

Na terça, os professores se reuniram numa assembleia que já tinha indicativo de greve – paralisação nacional dia 15.

COLABOROU JÚLIA VIGNÉ

Alunos temem pela segurança

Segurança é uma das áreas que serão afetadas pelo bloqueio no orçamento da Ufba, divulgado ontem, e é também um dos pontos que mais preocupa os estudantes. A possível redução da verba deixa em alerta quem precisa circular pelos campi, sobretudo à noite.

Na prática, o bloqueio afeta as verbas de manutenção da universidade, como segurança, limpeza, luz, telefone e água, entre outros pontos. Para a estudante de BI em Ciências e Tecnologia Luana Nunes, 20 anos, os impactos podem ir além das áreas citadas.

“Estamos falando de um

corte de 30% que supera os R\$ 30 milhões. A universidade está precisando de investimento, não de cortes. A segurança é uma área sensível, água, luz, e limpeza são questões que afetam a universidade como um todo e que podem nos obrigar a habitar o local de forma precária”, afirmou.

Em julho do ano passado, as escadarias da Ufba foram tema de uma reportagem do CORREIO que apontou a insegurança desses locais. Outra matéria, no mesmo mês, revelou três casos de estupro nos campi. Na época, a direção informou que iria reforçar a segurança nesses espaços.

O auxiliar administrativo Antônio Bonfim, 57, trabalha há 34 anos na Ufba e lamentou a decisão do MEC. “O MEC impõe esse corte ignorando as necessidades da universidade e do pacto de expansão e de cobertura do ensino. Isso vai comprometer o funcionamento”, afirmou.

Integrantes da Coordenação de Gestão de Segurança (Coseg) se reuniram ontem. O CORREIO solicitou à Ufba informações sobre quanto do orçamento da instituição é destinado à segurança nos campi, mas não obteve uma resposta até o fechamento desta edição.

GIL SANTOS

Tribuna

Políticos criticam corte de verbas da Universidade Federal da Bahia

HENRIQUE BRINCO
REPÓRTER

A notícia de que o Ministério da Educação (MEC) vai cortar 30% recursos de universidades que não apresentarem desempenho acadêmico esperado e, ao mesmo tempo, estiverem promovendo "balbúrdia" em seus campus, caiu como uma bomba entre os políticos baianos. O corte anunciado pelo MEC atinge as chamadas despesas discricionárias da UFBA, destinadas a custear despesas com água, luz, limpeza e bolsos de auxílio a estudantes.

O deputado federal Jor-

ge Solla (PT) prometeu protocolar ação popular na Justiça Federal para solicitar a imediata anulação do ato de Weintraub. "É um ato ilegal porque a justificativa é inválida, nenhuma instituição pode ser punida porque cumpre a lei. A reitoria da UFBA não poderia, nem se quisesse, censurar seus alunos e professores. Se há atos políticos na universidade é justamente porque isso é uma universidade, a contestação e o livre pensamento é condição sine qua non para a existência de universidades", disse o petista, que é médico licenciado da UFBA.

A deputada federal Lídice da Mata (PSB) também criticou duramente a medida. A parlamentar res-

saltou a necessidade de unir todas as correntes do Estado em defesa da UFBA. "É preciso, se necessário, ir à Justiça, mas também é importante que a Bahia se una em torno dessa situação de clara perseguição contra o nosso Estado. Não podemos nos calar e nem reduzir essa luta". O deputado estadual Robinson Almeida (PT) repudiou, na Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA), o bloqueio. O parlamentar considerou, em debate na Comissão de Direitos Humanos, que a decisão do governo Bolsonaro, que contingencia R\$ 230 milhões das instituições, viola a autonomia universitária garantida na Constituição Federal. "A Universidade é



LÍDICE DA MATA, Dayane Pimentel e Jorge Solla foram alguns dos políticos baianos que comentaram a decisão do MEC sobre o corte nas universidades

um ambiente acadêmico, plural, de debates de ideias, do conhecimento, portanto, diversa. É crime, por exemplo, a universidade sediar a biennial da União Nacional dos Estudantes? Esse corte de verba é um ataque à autonomia universitária, garantida por nossa Constituição, uma medida autoritária que tenta intimidar para censurar o ambiente acadêmico. E nada disso podemos per-

mitir", afirmou Robinson. O também deputado estadual e líder do PT na ALBA, Marcelino Galo, declarou que "o Governo Federal quer impor às instituições públicas suas próprias ideologias e transformar as pessoas em indivíduos sem nenhuma criticidade sobre a vida". "Querem proibir a diversidade e impor a censura. Índios, sem-terra, acampados, agricultores, devem

ocupar os campi, porque um local tão rico em conhecimento precisa abraçar todas e todos, sem distinção".

Líder do PT na Câmara Municipal de Salvador, a vereadora Marta Rodrigues classificou como "estapafúrdia" e "anti-democrática" a decisão. "Essa é mais uma das notícias estarrecedoras que vimos sair desse governo. Este governo, como bem disse Lula, é feito por um bando de malucos. São pessoas totalmente ignorantes, sem nenhuma noção do que é educação, do que é cultura, do que é necessário para esse país", declarou.

DEFESA - A deputada federal Dayane Pimentel, presidente do PSL na Bahia, disse que o corte de verbas "é uma consequência do caos financeiro decorrido da gestão perdulária dos governos petistas e da incapacidade de governos anteriores de realizar as reformas". A parlamentar disse que esse contingenciamento não é permanente, "mas fruto de uma necessidade de reavaliar investimentos e realizar um realinhamento de necessidades, não somente no Ministério da Educação, mas em outras pastas do Governo Federal".

Reitor diz que tomará medidas cabíveis contra decisão



REITOR da Ufba, João Carlos Salles, disse que tomará "medidas cabíveis" contra a decisão do Ministério da Educação de bloquear 30% do orçamento

RODRIGO DANIEL SILVA
REPÓRTER

O reitor da Universidade Federal da Bahia (Ufba), João Carlos Salles, disse que tomará "medidas cabíveis" contra a decisão do Ministério da Educação de bloquear 30% do orçamento. Segundo a Ufba, a instituição não recebeu nenhuma notificação do MEC e R\$ 37,3 milhões estão congelados. "É injustificável (a medida). Não parece ser justificável. Nós vamos tomar medidas cabíveis para reverter essa decisão. Vamos dialogar com o ministério para entender as motivações, porque nós temos um desempenho acadêmico excelente. Temos ensino de qua-

lidade, produção de conhecimento e relacionamento com a sociedade", declarou Salles. De acordo com a Ufba, o valor bloqueado é destinado ao pagamento de despesas ordinárias, como consumo de água, energia e telefone, manutenção de espaços e equipamentos e pagamento de pessoal terceirizado, entre outras. O ministro da Educação, Abraham Weintraub, argumentou, em entrevista ao jornal "O Estado de S. Paulo", que o corte foi adotado pelo fato de instituições estarem com baixo desempenho acadêmico e promovendo "balbúrdia" nos campus. "A universidade é um lugar de liberdade de expressão, apresentação pública de pesquisas, rela-

ção com a sociedade, com os setores mais diversos, como é próprio da universidade", rebateu Salles. O reitor da Ufba evitou falar se tomará medidas judiciais contra a decisão do MEC. Também foi cauteloso ao ser indagado se via retaliação ou cunho político no bloqueio do orçamento pelo governo do presidente Jair Bolsonaro (PSL). "Isso tem que ser dito pelo MEC. Estamos fazendo o nosso trabalho". Sobre as críticas em relação ao desempenho acadêmico, a Ufba informou que, na última avaliação divulgada pelo MEC, a universidade teve um salto de 40% para 96% do percentual de cursos avaliados com nota 4 ou 5, entre 2014 e 2016. No Enade, a média

geral dos cursos de graduação da instituição, segundo a Ufba, vem em evolução desde 2006 e, recentemente, saltou de 3,89, no triênio 2012-13-14, para 4,05, no triênio 2015-16-17. Também ressaltou que, entre as federais, tem a sexta maior oferta de cursos, sendo a 3ª instituição com mais cursos de pós com notas 4 e 5, e a 11ª com mais notas 6 e 7, na avaliação da Capes.

"Para além dos indicadores, a Ufba realimenta-se enquanto espaço democrático e dinâmico, onde se realizam eventos dentro dos marcos legais, e que se orgulha de ter como uma de suas marcas a porosidade à presença, em seus espaços, de atores sociais os mais diversos".

Rui Costa diz que é 'descabido' corte no orçamento da Ufba

RODRIGO DANIEL SILVA
GUILHERME REIS
EDITORIA DE POLÍTICA

O governador da Bahia, Rui Costa (PT), criticou duramente a decisão do Ministério da Educação de bloquear em 30% o orçamento da Universidade Federal da Bahia (Ufba). Para o petista, a medida é "descabida". "Infelizmente, está virando rotina. Todos os dias notícias desastrosas, absurdas e descabidas. A Ufba é uma universidade reconhecida no país e ocupa os primeiros lugares entre as universidades brasileiras. É

inexplicável isso. O Brasil vive um momento muito difícil. O Ministério da Educação vai entrar no quinto mês e até agora parece que não começou o governo ainda. E um negócio impressionante o que eles estão fazendo com o nosso país", afirmou.

O chefe do Palácio de Ondina ainda falou sobre a declaração do deputado federal Marcelo Nilo (PSB), que, em entrevista à rádio Metrôpole, disse que não teve a retribuição devida pelos serviços prestados ao senador Jaques Wagner (PT) e ao próprio Rui Costa.

"Eu era de uma lealdade canina aos governadores Jaques Wagner e Rui Costa. Uma coisa que hoje me arrependi. Minha lealdade canina não foi retribuída", disse o socialista, ao reclamar da demora para ser atendido pelo governador e não ser convidado para ir ao Palácio de Ondina.

Rui Costa minimizou a declaração do aliado. "Marcelo é um grande amigo e continuará sendo um grande amigo do governador. E com certeza do Wagner. As amizades não se enfraquecem rapidamente. Da minha



parte, continua a amizade sempre forte", pontuou o gestor estadual. O governador também comentou o crescimento do desemprego no Brasil. O petista atribuiu

a situação às decisões tomadas pelo governo do presidente Jair Bolsonaro (PSL). "O desemprego infelizmente é muito em função da

RUI COSTA criticou duramente a decisão do Ministério da Educação de bloquear em 30% o orçamento da Universidade Federal da Bahia

economia brasileira. O desemprego voltou a crescer no Brasil. Infelizmente, a economia brasileira está reagindo muito mal à condução que está sendo feita do nosso país. O emprego reagiu de acordo com a economia. Se a economia vai mal, o emprego vai mal", avaliou. A taxa de desemprego no país subiu para 12,7% no trimestre encerrado em março, atingindo 13,4 milhões de pessoas, segundo dados divulgados nesta semana pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Tribuna

PAINEL S.A.

Joana Cunha

painelsa@grupofolha.com.br

Lá vem cobrança

A secretaria da Fazenda paulista vai atrás dos devedores a partir desta quinta-feira (2). Durante todo o mês de maio, os fiscais farão uma força-tarefa para cobrar mais de R\$ 1 bilhão em débitos de ICMS de contribuintes com o estado. A Fazenda identificou companhias ativas e com dívidas elevadas do tributo. O órgão selecionou 346 empresas que, juntas, somam rombo superior a R\$ 1 bilhão, sendo R\$ 700 milhões já inscritos na dívida ativa.

NO VERMELHO Apesar de não recolherem os impostos, as empresas selecionadas pela Fazenda emitiram mais de R\$ 8 bilhões em documentos fiscais só em 2019.

O RETORNO Essa operação não ocorria desde 2015, segundo o coordenador da administração tributária da secretaria, Gustavo Ley. Atualmente, o estoque de débitos declarados e não pagos está em R\$ 5,2 bilhões.

TÓFORA A decisão da Azul de sair da Abear, associação setorial que reúne as grandes companhias aéreas, foi vista no setor como "uma atitude

TÓXICOS A Anvisa prepara uma lista de agrotóxicos que deverão ser reavaliados e podem ter a venda restrita ou até mesmo cancelada. Segundo o órgão, é a primeira vez que a reanálise será baseada em critérios técnicos e de risco.

PRESSÃO Até então, produtos submetidos a novos estudos que checam possível risco à saúde eram selecionados por determinações judiciais ou pressões de algum grupo.

META A Anvisa estima que ao menos quatro produtos sejam revisados até o fim de 2020. Desde 2006, 15 agrotóxicos foram submetidos a novo crivo

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 02/05/2019	Coluna: Economia



GUEDES DIZ QUE GOVERNO NÃO VAI AUMENTAR IMPOSTOS



2 Maio, 2019 - 07:00

O ministro da Economia, Paulo Guedes, garantiu que não haverá aumento de impostos, confirmando o posicionamento do presidente Jair Bolsonaro (PSL). A decisão contraria o secretário especial da Receita Federal, Marcos Cintra, que tinha dito que até os dízimos seriam tributados. “Nós somos liberais e os liberais não aumentam impostos, eles simplificam, reduzem ou fazem substituição tributária”, afirmou Guedes ao deixar um restaurante em Brasília, onde almoçou com o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni.

Ele disse que Cintra se referia a um futuro próximo. “Num futuro próximo nós gostaríamos de desonerar totalmente a folha de pagamentos. Nesse esforço de desoneração uma das considerações alternativas é o imposto sobre pagamentos que o Marcos Cintra namora. Eu preferia que ele tivesse falado que os bandidos vão pagar, os traficantes vão pagar. Ele falou logo em igreja, ele deu azar. [Afetar] todo mundo que faça pagamentos. É evidente que as igrejas vão manter a imunidade que tem”, amenizou o ministro.

Ele destacou que a desoneração trará “um choque de empregos”. “Você vai gerar 2, 3, 4, 5 milhões de empregos em 1 ano, um ano e meio”, assegurou. Segundo Guedes, quem decidirá quando o projeto de reforma tributária e o pacto federativo serão enviados ao Congresso será o “timing político”.

Veículo: Metro1	
Data: 02/05/2019	Caderno: Economia



Economia

Governo prepara pacote com até 50 medidas para recuperação econômica

Entre as medidas em estudo, está a criação de uma espécie de hipoteca reversa para o mercado imobiliário



Foto: Fabio Rodrigues Pozzebom/ Agência Brasil
Por **Juliana Almirante** no dia 02 de Maio de 2019 · 09:00

O governo do presidente Jair Bolsonaro (PSL) prepara um novo pacote de medidas econômicas que deve conter até 50 ações a fim de alavancar o ambiente de negócios brasileiro.

As ações envolvem desde decretos a projetos de lei, que vão interferir em regulamentações de setores como o imobiliário e de crédito. Ainda serão atingidas micro e pequenas empresas e produtores rurais.

Entre as medidas em estudo, está a criação da chamada hipoteca reversa. O sistema funcionaria como uma espécie de aluguel, já que o proprietário não precisa deixar de viver no imóvel.

Atualmente, no regime da hipoteca, o tomador de empréstimo recebe um valor em crédito e paga o financiamento em parcelas mensais. Com a inadimplência, o imóvel é oferecido como garantia pode ser tomada pelo credor.

Diferentemente disso, o modelo em estudo seria inverso. O dono da casa ou apartamento poderá oferecer seu imóvel a um banco, que lhe pagará prestações mensais por um período definido. Depois da sua morte, a instituição financeira passa a ser dona do bem e pode negociá-lo no mercado.

Já existente, em outros países desenvolvidos, o modelo pode interessar a idosos que querem complementar a renda.

Outra medida em estudo deve criar uma forma para que empresas fornecedoras de órgãos públicos antecipem pagamentos no mercado financeiro.

Atualmente, quando um fornecedor vende um bem ou serviço para um órgão público, recebe também a promessa de pagamento a prazo, em 30, 60 ou 90 dias. O novo plano da equipe econômica de Bolsonaro deve permitir que esse recebível seja vendido no mercado financeiro, para fundos de investimentos.

Outra ação em estudo é o uso do mercado financeiro para simplificar a política de preços mínimos no setor agropecuário. Hoje o governo compra a produção do setor para compensar preços, quando ficam abaixo do mínimo estabelecido. A política atual provoca custos de manutenção dos estoques, que envolve a estrutura administrativa e de seguros dos silos.

CONTRASTE Mas governos estaduais e municipais registraram saldo positivo de R\$ 1,517 bilhão e R\$ 14 milhões

Contas públicas registram saldo negativo

KELLY OLIVEIRA

Agência Brasil, Brasília

As contas públicas tiveram saldo negativo em março. De acordo com dados divulgados hoje (30) pelo Banco Central (BC), o setor público consolidado, formado pela União, os estados e municípios, registrou déficit primário de R\$ 18,629 bilhões no mês passado. Em março de 2018 o resultado negativo foi maior: R\$ 25,135 bilhões.

O resultado primário é formado por receitas menos despesas, sem considerar os gastos com juros.

Em março, o Governo Central (Previdência, Banco Central e Tesouro Nacional) foi o responsável pelo saldo negativo, ao apresentar déficit primário de R\$ 20,4 bilhões.

No entanto, os governos estaduais e municipais registraram saldo positivo: R\$ 1,517 bilhão e R\$ 14 milhões, respectivamente.

Estatais

As empresas estatais federais, estaduais e municipais, excluídas as dos grupos Petrobras e Eletrobras, registraram superávit primário de R\$ 239 milhões no mês passado.



Setor público (União, estados e municípios) registrou um déficit primário de R\$ 18,629 bilhões em março

O resultado é formado por receitas menos despesas

20,4 bilhões de reais. Este foi o total do déficit primário em março, contraído pelo Governo Central

Devido ao resultado positivo registrado em janeiro (R\$ 46,897 bilhões), o setor público acumulou superávit primário no primeiro trimestre de R\$ 13,337 bilhões. Em 12 meses encerrados em março, o déficit primário ficou em R\$ 99,312 bilhões, o

que representa 1,43% do Produto Interno Bruto (PIB), soma de todos os bens e serviços produzidos no país.

A meta para o setor público consolidado é um déficit primário de R\$ 132 bilhões neste ano.

Despesas com juros

Os gastos com juros ficaram em R\$ 43,546 bilhões em março, contra R\$ 32,496 bilhões no mesmo mês de 2018. No primeiro trimestre, essas despesas acumularam R\$ 94,481 bilhões, contra R\$ 89,202 bilhões em igual período do ano passado.

Em março, o déficit nominal, formado pelo resultado primário e os resultados dos juros, ficou em R\$ 62,175 bilhões, R\$ 57,631 bilhões de março de 2018. No acumulado de três meses do ano, o déficit nominal chegou a R\$ 81,144 bilhões e em 12 meses, a R\$ 483,775 bilhões, correspondente a 6,98% do PIB.

Dívida pública

A dívida líquida do setor público (balanço entre o total de créditos e débitos dos governos federal, estaduais e municipais) chegou a R\$ 3,755 trilhões em março, o que corresponde 52,2% do PIB, com redução de 0,3 ponto percentual em relação a fevereiro.

Em março, a dívida bruta - que contabiliza apenas os passivos dos governos federal, estaduais e municipais - chegou a R\$ 5,431 trilhões ou 78,4% do PIB, 0,9 ponto percentual a mais que o registrado em fevereiro.

Tribuna

Maia diz não querer conflito com Bolsonaro e prega união por reforma

ESTADÃO CONTEÚDO

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), afirmou ontem, em sua conta oficial do Twitter, que não tem "nenhum interesse" em entrar em conflito com o presidente Jair Bolsonaro e que é necessário união para aprovar a reforma da Previdência. "Deixo claro que fiz apenas uma ressalva respeitosa. Não tenho nenhum interesse no conflito com o presidente. Precisamos estar juntos pra aprovar a Nova Previdência." Maia se referia à sua publi-

cação desta terça-feira, 30, quando questionou um tuíte de Bolsonaro sobre a situação na Venezuela, dizendo que somente o Congresso pode autorizar uma declaração de guerra do presidente da República.

Bolsonaro havia dito que qualquer hipótese sobre a Venezuela seria "decidida exclusivamente pelo Presidente da República, ouvindo o Conselho de Defesa Nacional". Ontem, porém, Maia afirmou, em sua publicação no Twitter, que recebeu uma ligação do senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ), esclarecendo que a postagem do presidente não tratava da possibilidade de

declaração de guerra. "Isso nos tranquiliza, porque é uma postura de respeito ao Parlamento", disse Maia.

Comprometimento - O presidente da Comissão Especial da reforma da Previdência na Câmara dos Deputados, Marcelo Ramos (PR-AM), é categórico ao exigir maior comprometimento do governo, em especial, do presidente Jair Bolsonaro com a proposta. Caso contrário, segundo ele, não será possível cumprir o cronograma do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), que quer votar a matéria no plenário até julho. "O governo também tem de querer, e todos os maiores



RODRIGO MAIA afirmou que não tem "nenhum interesse" em entrar em conflito com o presidente Jair Bolsonaro

partidos também têm de querer. Se um desses só não quiser, não tem. O governo tem de ter capacidade para se articular. O desejo de fazer rápido, eu tenho, mas garantir 308 votos, não controlo", afirmou. Em entrevista ao CB.Poder, programa parceria do Correio Braziliense com a TV Brasília, ele disse existirem dois Bolsonaros, que estão em conflitos diariamente.

"Em alguns desses conflitos, prevaleceu o populista".

Para Ramos, o presidente precisa defender integralmente a proposta, que prevê R\$ 1 trilhão de economia em 10 anos. Contudo, ele acredita que o Congresso pode desidratar a proposta para R\$ 950 bilhões, retirando as mudanças do Benefício de Prestação Continuada (BPC), da aposentadoria rural e de professores. A se-

guir, os principais trechos da entrevista:

"Nós tivemos uma reunião hoje (anteontem), eu, o vice-presidente Silvio Costa Filho (PRB-PE) e o relator Samuel Moreira (PSDB-SP). Definimos um calendário mínimo. A ideia é usar o mês de maio, quando contaramos as 10 sessões do plenário da Câmara de apresentação de emendas, para realizar as audiências públicas na nossa comissão, para que, em junho, a gente tenha tudo preparado para começar a debater a matéria. Por enquanto, trabalhamos com o calendário do presidente Rodrigo Maia. Ele quer votar em julho no plenário", disse.

Ele afirmou ainda que pretende fazer 11 audiências públicas: "Nós definimos, a priori, 11 audiências públicas, usando todo o mês de maio. Eu entendo que a primeira audiência pública, nós devemos utilizar para ouvir a equipe econômica do governo. Claro que isso vai ser coordenado com eles. Pretendemos aprovar todos os requerimentos na primeira reunião, que será terça-feira (dia 7), para já começar as audiências públicas a partir do dia 8", pontuou.

02/05/2019 - 05:00

Debate busca saídas para Estados em crise

Por **Marta Watanabe**

A informação divulgada pelo Tesouro Nacional em abril de que metade dos Estados praticamente não destinou recursos a investimentos no primeiro bimestre é considerada alarmante. Revelador da falta de liquidez resultante de um problema estrutural com despesas correntes, principalmente de pessoal, o dado provoca o debate sobre possíveis soluções para os entes federados.

Um plano de reequilíbrio fiscal do governo federal para Estados com menor capacidade de pagamento daria o alívio necessário no curto prazo? A aprovação de uma reforma previdenciária seria por si só suficiente para

resolver o problema estrutural no médio e longo prazos?

Essas estão entre as questões que serão discutidas em evento promovido pelo Instituto Brasileiro de Economia (Ibre/FGV) e pelo **Valor** na próxima segunda-feira, 6, em Brasília. O debate "Como resolver a crise dos Estados?" reunirá integrantes do Ministério da Economia, pesquisadores da FGV, analistas da Instituição Financeira Independente (IFI) e secretários de Fazenda.

Entre os temas relacionados aos governos estaduais, diz o economista do Ibre/FGV Manoel Pires, há aqueles em que há consenso técnico, mas não há consenso político. A reforma do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), segundo ele, vai por esse caminho. Já a questão da distribuição de receitas de transferências do governo federal, lembra, é questão sem consenso técnico nem político.

"A ideia do debate é apresentar a situação real tal como ela é e discutir soluções para saber no que se pode ter consenso e onde há dissenso", afirma.

Pires lembra que o processo de deterioração fiscal dos Estados não começou agora e foi, no decorrer dos últimos, alvo de várias medidas do governo federal para tentar trazer reequilíbrio aos governos regionais.

Em 2013 e 2014, explica o economista, se entendia que o problema era cíclico e que com a retomada da economia a situação dos Estados se tornaria mais sustentável. Em 2015 e 2016 houve uma mudança de diagnóstico. "O governo federal continuou dando suporte financeiro, mas o entendimento passou a ser de que o problema dos Estados é mais estrutural. Ficou claro que não era conjuntural", diz ele. A renegociação de dívidas com a União veio em 2016, conta ele. Em contrapartida, os Estados que aderiram ao alongamento da dívida tiveram que se comprometer a um teto de gastos para despesas primárias correntes no biênio 2018 e 2019. Parte importante dos Estados, porém, não cumpriu o teto no ano passado.

Por isso, um dos quatro temas que entrarão em debate no evento será relacionado a renegociação de dívidas. A ideia, afirma Pires, é discutir como os Estados podem se reestruturar e voltar ao equilíbrio financeiro. "Por que a última renegociação não foi suficiente e as contrapartidas não foram cumpridas? E uma nova rodada de alongamento das dívidas seria suficiente?", questiona.

A reforma previdenciária será o segundo tema. Hoje, diz Pires, a perspectiva é de que haja medidas de alívio para que os Estados se viabilizem neste primeiro ano de mandato dos atuais governadores e que reforma previdenciária traria o ajuste estrutural. Mas a dúvida é se a reforma será suficiente para esse reequilíbrio, avalia Pires, e o que mais poderia ser feito e o

que caberia aos Estados fazer. Ele ressalta que a situação entre os Estados é muito distinta e há casos em que a despesa previdenciária já atingiu níveis alarmantes, mas em outros não. "Temos notado que o número de inativos tem crescido em relação ao de ativos. Por isso, um ajuste de pessoal somente do lado dos ativos não seria sustentável no longo prazo. A discussão da reforma previdenciária dá outra dimensão ao problema."

O terceiro tema será a tributação, o que engloba as propostas de reforma trazidas à tona recentemente, além da guerra fiscal e da discussão dos benefícios fiscais e da obsolescência do ICMS. A ideia, segundo o economista, é inserir na discussão a eficiência e a racionalização da arrecadação. "A gestão operacional das receitas estaduais deixa um pouco a desejar em relação à federal."

O último tema, diz Pires, será dedicado aos investimentos, dada a dificuldade financeira dos Estados. "Evidentemente a reforma do lado das despesas impede em parte o processo de canibalização de investimentos para financiar despesas com pessoal. A própria possibilidade de achar novas fontes de arrecadação via reforma tributária ou ganho de eficiência ajuda nesse processo, assim como a possibilidade de conceder serviços à iniciativa privada via PPP [Parceria Público-Privada] ou privatizações."

A falta de capacidade de investimentos dos Estados, diz Pires, é alarmante. "Os investimentos dos Estados não cobrem a depreciação do estoque de capital. Não se consegue sustentar esse tipo de ajuste por muito tempo. Como normalizar os investimentos enquanto a situação estrutural não se resolve?", pergunta.

Atualmente o Tesouro, lembra Pires, tem sinalizado que vai oferecer aos Estados com menor capacidade de pagamento acesso a financiamento com aval da União em troca de metas de redução de despesa. Pires aponta que ainda não há muitas informações sobre esse programa, mas uma das questões é se as contrapartidas exigidas dos entes serão suficientes para garantir o pagamento das operações de crédito. "A questão não é apenas pagar uma operação nova, mas normalizar o que está disfuncional."

02/05/2019 - 05:00

A infundável guerra fiscal do ICMS

Por **Gabriel Quintanilha**

Com a crise que se instalou nos últimos anos no Brasil, a perda de arrecadação em todas as esferas foi dramática, mas para Estados e municípios o efeito é devastador. Com menos renda, emprego em risco e um cenário econômico ruim, o consumidor se afasta das araras do comércio e reduz o consumo de serviços para somente aqueles considerados essenciais. O impacto disso é uma perda de arrecadação pelos Estados, cuja principal fonte de receita é o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) que incide sobre o comércio e pelos municípios, que arrecadam precipuamente o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS).

Outrossim, no Brasil já está instalada uma forte cultura de guerra fiscal entre os entes os Estados, que foi combatida na esfera municipal com a edição da LC 157/17, que prevê como improbidade administrativa a redução do ISS para níveis inferiores a alíquota mínima prevista na lei complementar.

Assim, os Estados, com o objetivo de fazer frente à perda de arrecadação, reduzem o ICMS e concedem diversos benefícios fiscais, repetindo os erros do passado e deflagrando uma importante guerra fiscal.

A guerra fiscal é prejudicial ao sistema tributário, ao equilíbrio das contas públicas e à competitividade

O Estado de São Paulo, por exemplo, anunciou o IncentivAuto, programa de redução de tributos que concede redução de ICMS para novos projetos de veículos a serem fabricados no Estado de São Paulo. Tal benefício consiste em redução de 2,7% do imposto para investimentos mínimos de R\$ 1 bilhão com a criação de pelo menos 400 empregos, podendo tal redução, chegar a até 25% para aportes acima de R\$ 10 bilhões.

Aparentemente tal desconto seria interessante, gerando empregos e aquecendo a economia do Estado, mas a realidade é outra. Tal benefício atrai empresas para o território do Estado de São Paulo, as afastando de outros Estados da federação. Aliás, considerando a crise econômica e política que passam alguns estados, a resposta para tal benefício fiscal é praticamente impossível, como é o caso do Rio de Janeiro que, por estar passando por um plano de recuperação fiscal, sequer pode criar benefício parecido.

Tal guerra fiscal é prejudicial ao federalismo brasileiro, pois gera uma competição desigual entre os entes da federação, gerando um desequilíbrio econômico. A Constituição prevê um instrumento para evitar tal conduta, na forma do art. 150, §6º, de modo que qualquer benefício fiscal de ICMS somente poderá ser concedido mediante autorização prévia pelo Convênio, que consiste da deliberação dos estados. Mas a eficácia de tal norma é bastante limitada. Isso porque, há muita demora para o reconhecimento de qualquer inconstitucionalidade de um benefício fiscal, de modo que o contribuinte poderá usufruir do benefício indevido por anos.

Como se não bastasse, para aumentar ainda mais a atratividade do Estado e fomentando a citada guerra, São Paulo também reduziu o ICMS sobre querosene de aviação de 25% para 12%, o que certamente o transforma em um atrativo hub aéreo, em detrimento de outros Estados.

Importante destacar que a guerra fiscal para atração de voos já estava aquecida com o benefício concedido pelo Estado do Espírito Santo, que reduziu o ICMS de 25% para 7% de acordo com alguns requisitos a serem preenchidos pelas companhias aéreas, como ampliação de voos diários originados no Estado, por exemplo. O Distrito Federal também entrou na batalha, reduzindo o ICMS sobre querosene de aviação de 12% para 7% para empresas aéreas que realizem voos nacionais.

Com isso, Estados que não conseguem equiparar o ICMS mais baixo perdem voos diretos e a redução da malha aérea tem outros impactos, como a redução no interesse para a realização de eventos, quer seja de negócios ou recreativos, por exemplo. Por outro lado, caso os demais Estados decidam entrar nessa guerra fiscal, haverá uma grande redução de receita e consequente perda de arrecadação, o que poderá aprofundar a crise que se encontram, uma vez que a redução da capacidade de investimentos impacta na economia regional.

Outro Estado que possui benefício fiscal que fomenta a guerra fiscal, é o Mato Grosso, que determinou alíquota de 7% para o ICMS na compra de produtos para construção adquiridos fora do Estado. Antes da concessão do benefício, o setor da construção civil era submetido à alíquota média de 16%.

Como se pode ver, a guerra fiscal é prejudicial ao sistema tributário, ao equilíbrio das contas públicas e à competitividade, perpetuando grandes empresas que tenham condições de investir em mais de um Estado da federação e aprofundando a crise fiscal dos entes federados. Isso porque, com a concessão dos benefícios, há uma queda de arrecadação que impacta nas contas públicas.

Assim, a necessidade de uma reforma tributária definitiva é cada vez mais presente, com o objetivo de proteger o federalismo fiscal e impedir esse tipo de conduta largamente praticada pelo poder público, que gera enormes prejuízos às contas públicas.

Gabriel Quintanilha é advogado tributarista, doutorando em direito pela UVA, mestre em economia e professor da FGV.

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações

A TARDE

O jornal de toda Bahia

ALTA

Taxa de desemprego é de 12,7% no 1º trimestre

VITOR ABDALA
Agência Brasil, Rio de Janeiro

A taxa de desemprego no País atingiu 12,7% no primeiro trimestre deste ano, o que representa 1,1 ponto percentual a mais na comparação com o último trimestre de 2018, quando ficou em 11,6%. No entanto, na comparação com o primeiro trimestre do ano passado, quando a taxa registrou 13,1%, houve queda de 0,4 ponto percentual.

Os dados mostram também que a população desocupada no País cresceu 10,2% entre o último trimestre do ano passado e o primeiro trimestre deste ano e chegou a 13,4 milhões, acréscimo que representa 1,2 milhão de pessoas.

Os números são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Contínua (Pnad-C), divulgada ontem, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Na comparação com o

primeiro trimestre do ano passado, no entanto, quando a população desocupada era de 13,6 milhões, não houve variação estatisticamente significativa, segundo o IBGE.

A população ocupada ficou em 91,9 milhões de pessoas no primeiro trimestre deste ano, uma queda de 0,9% (menos 873 mil pessoas) em relação ao último trimestre de 2018.

Na comparação com o primeiro trimestre do ano passado, no entanto, houve uma

AUMENTO DO N° DE DESOCUPADOS

Os dados mostram também que a população desocupada no País cresceu 10,2% entre o último trimestre do ano passado e o primeiro trimestre deste ano



Joá Souza / Ag. A TARDE / 272.2018

População desocupada no País cresceu 10,2%

alta de 1,8% (mais 1,6 milhão de pessoas).

Expectativa

Segundo o pesquisador do IBGE, Cimar Azere do, a queda da população ocupada era esperada, mas não na proporção em que ocorreu.

"A expectativa é que não fosse uma redução tão grande quanto foi porque já estamos num processo de melhora do mercado de trabalho a partir de 2018. Era uma queda esperada, mas acabou vindo num número mais elevado", disse.

O número de empregados com carteira assinada foi de 32,9 milhões de pessoas, ficando estável em ambas as comparações.

Já o número de empregados sem carteira assinada (11,1 milhões) caiu 3,2% em relação ao trimestre anterior (menos 365 mil pessoas), mas subiu 4,4%, (mais 466 mil pessoas) em relação ao primeiro trimestre de 2018.